



GT 59. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Coordenador(es):

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Povos indígenas, arqueologia e violências

Debatedor/a: Priscila Lini (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate.

Sobre os fios de uma volta: no Kahu (Trombetas)

Autoria: Dyedre Alves Pedrosa (PPGAS-UFAM)

Este work, em seu cerne surge a partir de uma abordagem etnográfica sobre os fios de socialidade que entrelaçam as reocupações de aldeias antigas (patatpo) pelos Kahyana, grupo indígena falante de um conjunto de dialetos da família carib. Os Kahyana habitam desde tempos imemoriais a bacia do Rio Trombetas (Kahu) que compreende numa história mais recente os igarapés, zonas encachoeiradas e caminhos que estão próximos onde hoje toma-se como paisagem a cidade de Oriximiná. Durante década de 60 os grupos indígenas que até então habitavam aldeias familiares dispersas percorreram distintas trajetórias passando a viver em aldeias-sedes de alta concentração populacional, essas aldeias resultado de articulações missionárias e pelo Estado brasileiro ficaram conhecidas posteriormente como missão franciscana Tiriyo, atual Parque Tumucumaque no Rio Paru d'este, missões protestante na região de fronteira ao sul do Suriname (Araraparw e Kwamará) e da Guiana (Kanashem). Décadas após a ida um movimento de volta foi articulado a partir de uma rede de parentes, donos dos lugares (paata), instituições e memórias indissolúveis de seus lugares de vida, foi assim que diversas famílias tornaram possível voltar aos lugares de origem passando a reabrir aldeias e roças antigas, procurarei demonstrar que o retorno às patatpo pelos Kahyana e seus mobiliza um processo histórico de agenciamento e distintas relações entre diversos atores humanos, paisagens e lugares mnemônicos. Apresentarei um microcosmo desse universo complexo e amplo que movimenta como um todo a vida e multiplicidade indígena da paisagem das Guianas. Para o recorte desse universo trago as narrativas a respeito da região do médio Trombetas (Kahu) ela é entendida enquanto produto de interação entre lugares, pessoas, instituições, heróis míticos, políticas fabricadas e mensuradas cotidianamente num fluxo de movimentos que flutuam no espaço e no tempo.



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3



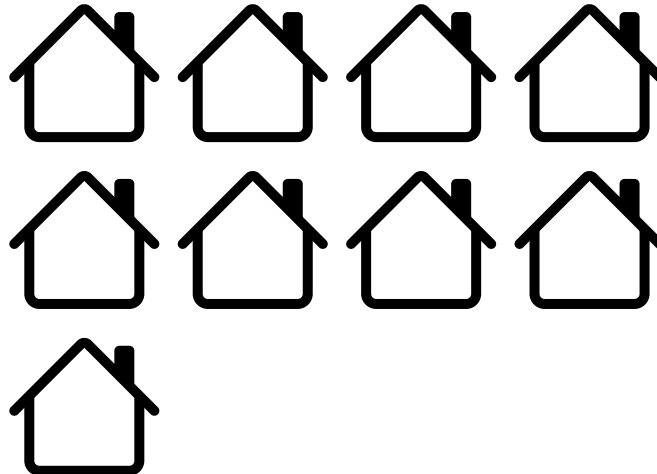
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: